

# INFORMATIVO TRT2

## Atos normativos da semana

N. 14

Período: 6 a 10 abr. 2026



Edital de ciência de destinação de autos judiciais digitalizados (eliminação antecipada) n. 3, de 26 de março de 2026

Comunica a destinação final e eliminação antecipada da parte física de autos judiciais do Tribunal Regional do Trabalho da 2. Região

### Ato n. 1/GP.CR, de 30 de março de 2026

Prorroga o Plano de Auxílio Extraordinário e Emergencial para Gabinetes com Acervo Elevado de Processos – Plano Acervo 2026.

### Ato n. 13/GP, de 31 de março de 2026

Altera o Ato n. 85/GP, de 6 de novembro de 2023, que institui o Grupo de Trabalho para Implantação e Implementação do Gerenciamento de Riscos Ocupacionais – GTIIGRO, para substituir integrante, na forma que especifica.

### Portaria n. 19/DGA, de 31 de março de 2026

Designa servidores para atuarem como Gestores e Fiscais dos contratos administrativos celebrados no âmbito do Tribunal Regional do Trabalho da 2. Região, na forma que especifica.

### Edital de concurso de remoção n. 2, de 6 de abril de 2026. Proad n. 14320/2026

Comunica a abertura de concurso de remoção para provimento da cadeira n. 5 da 4ª Turma e da cadeira n. 7, na Seção Especializada em Dissídios Coletivos - SDC, vagas em decorrência da aposentadoria da Exma. Sra. Desembargadora Ivani Contini Bramante.

### Edital de Convocação n. 1/GP.SS, de 6 de abril de 2026

Convoca servidores(as) ocupantes do cargo de Técnico Judiciário - Área Administrativa - Especialidade Polícia Judicial e servidores(as) das Seções de Atendimento de Copas, Nutrição e Dietética, Administração dos Serviços de Berçário, Marcenaria e Manutenção para a realização de exames médicos periódicos e, no caso da Especialidade Polícia Judicial, para participação em testes de condicionamento físico, no exercício de 2026.

### Portaria n. 8/GP.CR, de 7 de abril de 2026

Altera a Portaria n. 27/GP.CR, de 18 de dezembro de 2025, para revogar a designação de magistrada para atuação no Plano de Auxílio Extraordinário e Emergencial para Gabinetes com Acervo Elevado de Processos (Plano Acervo 2026).

#### Ato n. 2/GP.CR, de 8 de abril de 2026

Altera o Ato n. 5/GP.CR, de 18 de setembro de 2020, que dispõe sobre a adoção do Sistema Eletrônico de Assistência Judiciária - Sistema AJ/JT e institui a comissão responsável pela validação do cadastro eletrônico de peritos(as), tradutores(as) e intérpretes, no âmbito do Tribunal Regional do Trabalho da 2. Região, na forma que especifica.

#### Ato n. 3/GP.CR, de 8 de abril de 2026

Altera o Ato n. 2/GP.CR, de 15 de setembro de 2021, que disciplina o pagamento dos honorários periciais pelo Sistema Eletrônico de Assistência Judiciária – Sistema AJ/JT, nos casos de concessão do benefício da justiça gratuita, na forma que especifica.

#### Ato n. 14/GP, de 8 de abril de 2026

Altera o Ato n. 32/GP, de 20 de maio de 2025, para dispor sobre a coordenação do Programa Laços de Proteção no âmbito do Tribunal Regional do Trabalho da 2. Região.

#### Portaria n. 9/GP.CR, de 8 de abril de 2026

Regulamenta os valores de honorários periciais e de tradutores(as) e intérpretes nos casos em que prestarem a assistência à custa do orçamento da União, na forma que especifica.

#### Edital n. 26, de 2026. Convocação para o curso de formação de agente de polícia judicial aos candidatos do cargo de técnico judiciário – área apoio especializado, especialidade agente de polícia judicial

Convoca os(as) candidatos(as) habilitados nas Provas Objetivas e na Prova Prática de Capacidade Física, que concorrem às vagas do cargo de Técnico Judiciário – Área Apoio Especializado, especialidade agente de Polícia Judicial, para frequentar o Curso de Formação previsto no item 13 do Edital n. 1, de 11 de abril de 2025, de abertura de inscrições. Concurso público.

### Órgãos de Interesse

#### CNJ

##### Portaria n. 22/CNJ, de 27 de março de 2026

Altera a Portaria n. 13/CNJ, de 3 de março de 2026, que regulamenta o Prêmio Solo Seguro, instituído pelo Provimento n. 145/CNJ, de 3 de julho de 2023.

##### Resolução Conjunta n. 14/CNJ.CNMP, de 6 de abril de 2026

Dispõe sobre a padronização das parcelas indenizatórias mensais e auxílios no âmbito da Magistratura e do Ministério Público enquanto não sobrevier lei ordinária de caráter nacional, em cumprimento à decisão do Plenário do Supremo Tribunal Federal na sessão de 25 de março de 2026, no julgamento conjunto da Rcl 88.319; ADI 6.606; ADI 6.601; ADI 6.604; RE 968.646 e RE 1.059.466.

##### Portaria n. 149/CNJ, de 7 de abril de 2026

Altera a Portaria n. 193/CNJ, de 30 de julho de 2021, que institui o Comitê Gestor da Conciliação.

##### Portaria n. 2/CNJ, de 8 de abril de 2026

Aprova o Manual do Sistema de Busca de Ativos do Poder Judiciário (Sisbajud).

#### Poder Legislativo

#### Lei n. 15.377, de 2 de abril de 2026

Altera a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-Lei n. 5.452, de 1º de maio de 1943, para determinar que as empresas disponibilizem a seus empregados informações sobre campanhas oficiais de vacinação, sobre o papilomavírus humano (HPV) e sobre os cânceres de mama, de colo do útero e de próstata.

#### Lei n. 15.378, de 6 de abril de 2026

Institui o Estatuto dos Direitos do Paciente.

#### Lei n. 15.381, de 8 de abril de 2026

Dispõe sobre o exercício da profissão de doula.

#### Lei n. 15.383, de 9 de abril de 2026

Altera as Leis n.s 11.340, de 7 de agosto de 2006 (Lei Maria da Penha), 13.756, de 12 de dezembro de 2018, e 14.899, de 17 de junho de 2024, para estabelecer a monitoração eletrônica de agressores como medida protetiva autônoma e os critérios de prioridade para a monitoração eletrônica de agressores, prever causa de aumento de pena no crime de descumprimento de medida protetiva e dispor sobre campanhas e diretrizes orçamentárias.

#### Lei n. 15.384, de 9 de abril de 2026

Altera as Leis n.s 11.340, de 7 de agosto de 2006 (Lei Maria da Penha), e 8.072, de 25 de julho de 1990 (Lei dos Crimes Hediondos), e o Decreto-Lei n. 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal), para prever a violência vicária entre as formas de violência doméstica e familiar e criar qualificadora do crime de homicídio e incluí-la no rol dos crimes hediondos.

## ENAMAT

#### Ato n. 1/ENAMAT.CPESQ, de 27 de março de 2026

Institui o Regulamento do Subprograma “Inovação e Pesquisa Judiciária” no âmbito da Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados do Trabalho (ENAMAT).

## CSJT

#### Resolução n. 436/CSJT, de 27 de março de 2026

Altera a Resolução n. 247/CSJT, de 25 de outubro de 2019, que instituiu o Sistema Eletrônico de Assistência Judiciária (Sistema AJ/JT), destinado ao cadastro e ao gerenciamento de peritos, órgãos técnicos ou científicos, tradutores e intérpretes, e ao pagamento desses profissionais nas situações em que prestarem a assistência à custa do orçamento da União.

#### Resolução n. 437/CSJT, de 27 de março de 2026

Altera a Resolução n. 244/CSJT, de 28 de junho de 2019, que dispõe sobre a diferença de subsídio devida a magistrado em virtude de substituição ou de auxílio no âmbito da Justiça do Trabalho de 1º e 2º graus.

#### Resolução n. 438/CSJT, de 27 de março de 2026

Altera a Resolução n. 198/CSJT, de 25 de agosto de 2017, que regulamenta os procedimentos atinentes à concessão do auxílio-alimentação no âmbito da Justiça do Trabalho de primeiro e segundo graus.

#### Resolução n. 439/CSJT, de 27 de março de 2026

Altera a Resolução n. 162/CSJT, de 19 de fevereiro de 2016, que regulamenta o instituto das férias de servidores, de que tratam os artigos 77 a 80 da Lei n. 8.112, de 11 de dezembro de 1990, no âmbito da Justiça do Trabalho de 1º e 2º graus.

#### Ato n. 21/CSJT.GP.SG.SETIC, de 31 de março de 2026

Institui o Serviço para Gestão de Dados de Colegiados Temáticos da Justiça do Trabalho.

#### Ato n. 22/CSJT.GP.SG.SGPES, de 31 de março de 2026

Altera o Anexo II da Resolução n. 47/CSJT, de 28 de março de 2008, que uniformiza a denominação dos cargos efetivos dos Quadros de Pessoal da Justiça do Trabalho de primeiro e segundo graus, bem como dispõe sobre o reenquadramento dos servidores nos respectivos cargos, e o Anexo Único do Ato n. 193/CSJT.GP.SE.ASGP, de 9 de outubro de 2008, que regulamenta as descrições das atribuições e os requisitos para ingresso nos cargos efetivos dos Quadros de Pessoal da Justiça do Trabalho de primeiro e segundo graus.

#### Ato n. 23/CSJT.GP.SG, de 31 de março de 2026

Institui o Guia de Governança e Gestão de TIC da Justiça do Trabalho de primeiro e segundo graus (G3TIC-JT).

#### Ato n. 24/CSJT.GP.SG.SEJUR, de 31 de março de 2026

Designa os membros da Gerência Temática, os Gerentes de Produto e a Coordenação Técnica dos Produtos Digitais Nacionais vinculados à área temática Pessoas da Justiça do Trabalho.

#### Ato n. 27/CSJT.GP.SG.SEJUR, de 31 de março de 2026

Institui Grupo de Trabalho para a implementação de ajustes normativos no âmbito da Justiça do Trabalho, decorrentes da publicação da Resolução Conjunta CNJ e CNMP, a fim de dar fiel cumprimento ao decidido pelo Supremo Tribunal Federal quanto ao regime remuneratório da magistratura.

#### Ato Conjunto n. 20/TST.CSJT.GP, de 31 de março de 2026

Institui o Subcomitê Nacional de Alinhamento de Dados Estatísticos da Justiça do Trabalho à Base Nacional de Dados Processuais do Poder Judiciário.

#### Ato Conjunto n. 22/TST.CSJT.GP, de 31 de março de 2026

Institui o Subcomitê Nacional de Análise de Dados da Justiça do Trabalho.

#### Resolução n. 440/CSJT, de 31 de março de 2026

Altera a Resolução n. 211/CSJT, de 24 de novembro de 2017, que padroniza procedimentos relacionados às rotinas de pagamento de pessoal no âmbito da Justiça do Trabalho de 1º e 2º graus.

## TST

#### Ato n. 177/SEGJUD.GP, de 6 de abril de 2026

Divulga a composição do Tribunal Superior do Trabalho e de seus Órgãos Judicantes.

#### Ato n. 2/GCGJT, de 7 de abril de 2026

Atualiza a composição da comissão responsável por acompanhar e supervisionar a implementação, pelas Corregedorias Regionais dos Tribunais Regionais do Trabalho, do projeto voltado ao tratamento adequado dos processos definitivamente arquivados com contas judiciais ativas – Projeto Garimpo.

#### Provimento n. 1/CGJT, de 7 de abril de 2026

Altera a Consolidação dos Provimentos da Corregedoria-Geral da Justiça do Trabalho, com redação dada pelo Provimento n. 4/CGJT, de 26 de setembro de 2023, e dá outras providências.

## Ministério da Previdência Social

### Portaria Conjunta n. 19/DPMF.INSS, de 31 de março de 2026 [Republicação]

Regulamenta o uso da funcionalidade de atendimento remoto do SAT Central para a prestação de atendimento de exames médico-periciais utilizando-se a tecnologia de telemedicina, no âmbito da Perícia Médica Federal.

### Portaria n. 601/MPS, de 8 de abril de 2026

Aprova o Guia de Enfrentamento aos Assédios e à Discriminação do Ministério da Previdência Social.

### Portaria n. 1.944/PRES.INSS, de 8 de abril de 2026

Dispõe sobre os procedimentos referentes à inclusão, suspensão e exclusão de nomes de responsáveis pelo pagamento de débitos perante o INSS no Cadin.

## Poder Executivo

### Decreto n. 12.921, de 6 de abril de 2026

Regulamenta a Lei n. 14.725, de 16 de novembro de 2023, que regula a profissão de sanitarista.

### Decreto n. 12.923, de 7 de abril de 2026

Altera o Decreto n. 10.527, de 22 de outubro de 2020, para reduzir as alíquotas da Contribuição para o Programa de Integração Social e o Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público – PIS/Pasep e da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social – Cofins incidentes sobre a importação e a comercialização de biodiesel.

### Decreto n. 12.924, de 8 de abril de 2026

Altera o Decreto n. 5.059, de 30 de abril de 2004, para reduzir as alíquotas da Contribuição para o Programa de Integração Social e para o Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público - PIS/Pasep e da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - Cofins incidentes sobre a importação e a comercialização de querosene de aviação.

## Ministério do Trabalho e Emprego

### Resolução n. 1.150/CCFGTS, de 24 de março de 2026

Incorpora a metodologia de mensuração do emprego e Relatório Anual do Emprego, relativos às aplicações FGTS, e dá outras providências.

### Portaria n. 555/MTE, de 8 de abril de 2026

Estabelece o fluxo de prazos e processos para manifestação no âmbito da Consultoria Jurídica do Ministério do Trabalho e Emprego.

## Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos

### Instrução Normativa Conjunta n. 137/SEGES.SGP.SRT.MGI, de 8 de abril de 2026

Altera a Instrução Normativa Conjunta n. 24/SEGES.SGPRT.MGI, de 28 de julho de 2023, que estabelece orientações a serem observadas pelos órgãos e entidades integrantes do Sistema de Pessoal Civil da Administração Federal — Sipec e do Sistema de Organização e Inovação Institucional do Governo Federal — Siorg, relativas à implementação e execução do Programa de Gestão e Desempenho — PGD.

### Portaria n. 2.753/MGI, de 8 de abril de 2026

Altera o Anexo da Portaria n. 4.919/MGI, de 23 de junho de 2025, que designa as pessoas integrantes da Comissão de Governança da 2ª edição do Concurso Público Nacional Unificado.

## Ministério da Fazenda

### Instrução Normativa n. 2.320/RFB, de 6 de abril de 2026

Dispõe sobre o acesso a serviços por meio digital no âmbito da Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil.

## Congresso Nacional

### Ato do Presidente da Mesa do Congresso Nacional n. 22, de 2026

Informa que a Medida Provisória n. 1.336, de 6 de fevereiro de 2026, que altera a Lei n. 8.036, de 11 de maio de 1990, que dispõe sobre o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço, teve sua vigência prorrogada pelo período de sessenta dias.

## Conselho Federal de Enfermagem

### Resolução n. 806/COFEN, de 31 de março de 2026

Estabelece diretrizes para a atuação do Enfermeiro Perfusionista no âmbito das instituições de saúde, definindo competências, atribuições e responsabilidades.

## Conselho Federal de Contabilidade

### Norma Brasileira de Contabilidade NBC TSP Estrutura Conceitual (R1), de 13 de novembro de 2025

NBC TSP Estrutural Conceitual (R1) - Estrutura Conceitual para Elaboração e Divulgação de Informação Contábil de Propósito Geral pelas Entidades do Setor Público.

## Conselho Federal de Química

### Resolução n. 347/CFQ, de 25 de fevereiro de 2026

Dispõe sobre a regulamentação do registro de profissional com formação inicial e continuada (FIC) ou qualificação profissional na área da Química.

## Conselho Federal de Biomedicina

### Resolução n. 423/CFBM, de 9 de abril de 2026

Dispõe sobre a regulamentação dos procedimentos com agregados plaquetários autólogos e suas frações no âmbito da Biomedicina, estabelece os requisitos para a habilitação, capacitação e responsabilidade técnica, e dá outras providências.



## Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região

Rua da Consolação, 1272 – 5º andar  
CEP 01302-906 - São Paulo - SP  
Tel: (11) 3150-2359

Elaborado pela Secretaria de Gestão Jurisprudencial,  
Normativa e Documental



Basis TRT2

Revista do Tribunal